

V. V. e Excmo Sr. D.^o Delegado de Ordem Política e Social

[Handwritten signature/initials]

Masato Aki, infra assinado, natural de Kochi no Japão, nascido a 15 de Agosto 1918 filho de Masaki Aki e Gayou Aki; casado com Fostie Shibata, de nacionalidade japonesa, nascida a 14 de Outubro de 1922, filha de Mitsuhei Shibata e de D. Takizo Shibata, vem muito respectivamente requerer a V. S. a confirmação da transferência de sua residência da Travessa S. Paulo nº 23 para a Rua do Gazometro nº 588 - Brax; o casal tem um filho de 11 meses de idade.

Temos em que P. Deferimento.

[Handwritten signature/initials]

S. Paulo, 18 de Junho 1943
Masato Aki



TABELIONATO FRANKLIN
Rua Libero, Bairro 400 - Fone 3-9783

Reconhecido em firma Supra
S. Paulo, 21 de Junho de 1943
Em testemunho da verdade.
[Signature]
CLOVIS NOGUEIRA - Escrivão



Requerimento de transferência de residência de Masato Aki

Procedência: Prontuário nº 27.262, Masato Aki – Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo, DEOPS/SP

Produção/Autor: Masato Aki

Data: 18 de junho de 1943

Tamanho original: 21 x 30 cm

Durante o período em que Getúlio Vargas esteve no poder (1930-1945), além dos grupos políticos (comunistas, anarquistas, integralistas, etc.), comunidades estrangeiras que imigraram para o Brasil também foram consideradas inimigas da ordem e da segurança do país.

O projeto nacionalista para a nação, em processo desde o início da República, mas que tomou força especialmente a partir dos anos 1920 e 1930, tinha como uma de suas bases a ideia de “branqueamento” da população. Seguindo valores considerados científicos e que eram correntes no século XIX, as ações políticas brasileiras incentivaram alguns tipos de imigração em detrimento de outras, baseando-se na ideia de que a miscigenação do homem brasileiro com o imigrante europeu levaria a um paulatino branqueamento da população. Este pensamento incluía a crença de que essa miscigenação levaria a uma melhora moral da população, valorizando a prática do trabalho e colaborando para o “progresso, a civilização e a moralidade do país”¹.

Nesse sentido, os “homens de cor”, ou seja, os negros (vindos da América ou da África) e os amarelos (vindos da Ásia) tornaram-se pessoas indesejadas. Em relação aos orientais, o idioma e os traços físicos também pesavam negativamente, pois foram considerados empecilhos da assimilação ao novo ambiente do país.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) opôs em conflito dois blocos de países: Aliados (Inglaterra, França, União Soviética, Estados Unidos e China, principalmente) e Eixo (Alemanha, Itália e Japão, principalmente). Com o alinhamento do Brasil junto aos países dos Aliados, a partir de 1942, os estrangeiros de origem alemã, italiana e japonesa residentes no país foram considerados “súditos do Eixo” e vistos com desconfiança, como ameaças perigosas em território nacional. A vigilância, o controle e a repressão contra esses estrangeiros foram, então, intensificados por meio de legislação específica e das ações de órgãos tais como o DEOPS/SP. Dentre os vários mecanismos constituídos para cercar os grupos de estrangeiros durante esse período, destacamos um dos documentos por meio dos quais o DEOPS/SP controlava a circulação deles. Assim, esta prancha traz a reprodução do requerimento de transferência de residência do pintor japonês Masato Aki, documento de 18 de junho de 1943, encaminhado ao DEOPS/SP. Aos estrangeiros não era permitido mudar de residência sem consultar a polícia política. Os interessados deveriam entregar uma requisição (selada e com firma reconhecida) na delegacia local, encarregada de autorizar ou não tal pedido de mudança. Com este processo, foi aberto um prontuário DEOPS/SP para Masato Aki, no qual foi arquivado este requerimento. A punição para os japoneses, italianos ou alemães que fossem encontrados sem o porte de documentos obrigatórios variava entre a detenção, a deportação para colônias agrícolas e até mesmo a expulsão do Brasil.

O pintor japonês Masato Aki (1918, Kochi – 1982, São Paulo) imigrou para o Brasil em 1933, com 15 anos de idade. O destino da primeira onda de imigração japonesa, iniciada em 1908, foram as regiões agrícolas, principalmente do interior do Estado de São Paulo. “Tempos difíceis, dadas as diferenças culturais e, em grande medida, as condições precárias de sobrevivência nas fazendas. A grande maioria, após esse primeiro período repleto de vicissitudes, transfere-se para cidades maiores, principalmente a capital paulistana, passando a realizar atividades ligadas à prestação de serviços e ao comércio”².

Nesse contexto, Masato Aki se transfere da zona rural para a cidade de São Paulo em 1937, onde se integra ao grupo denominado “Zoo-kei Bijitsu Kenkyu-Kai” ou “Seibi-Kai”. Fundado em 1935 por artistas nipo-brasileiros, principalmente Tomoo Handa (1906-1996), Walter Tanaka (1910-1970) e Kiyoji Tomioka (1894-1985), o grupo tinha entre seus objetivos a pesquisa, a crítica, o aperfeiçoamento e a difusão artística, bem como o auxílio aos recém-chegados no país. Uma das práticas realizadas pelo Seibi-Kai foi as excursões em conjunto com seus integrantes, tendo em vista estimular o fazer artístico a partir da observação e do contato direto com a natureza e as paisagens urbanas e rurais.

Dica! Aproveite o contexto da imigração japonesa para o Brasil nas primeiras décadas do século XX para realizar uma parceria com o professor de Geografia. A ideia é propor o mapeamento das colônias japonesas no interior do Estado de São Paulo e o levantamento da contribuição de seu trabalho no desenvolvimento da economia estadual, permitindo aos alunos ampliar a compreensão sobre a imigração japonesa para o Brasil.

A formação artística de Masato Aki teve início ainda no Japão, com Tsujido Nika-kai, e no Brasil foi aluno de Yoshiya Takaoka (1909-1978), Yuji Tamaki (1916-1979) e outros artistas integrantes do Seibi-Kai. Participou de diversas exposições com o grupo, entre elas a do Instituto dos Arquitetos do Brasil (São Paulo, 1949) e a da Galeria Domus (São Paulo, 1950). Durante muitos anos, foi professor na Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa. Sua produção artística voltou-se principalmente para paisagens, muitas delas pintadas durante as excursões promovidas pelo grupo. A Pinacoteca do Estado de São Paulo possui a pintura *Palácio do Conde* (década de 1940), de autoria do artista e que foi doada pela filha Fanny Midori Aki Ishiyama em sua homenagem e em comemoração ao primeiro centenário da imigração japonesa no Brasil (2008).

Dica! Proponha uma parceria com o professor de Arte para a exploração da produção artística de nipo-brasileiros do grupo Seibi-Kai. A pesquisa pode começar pelo próprio acervo da Pinacoteca do Estado!

As medidas repressivas implementadas pelo governo brasileiro durante a Segunda Guerra levaram o Seibi-Kai a interromper seu funcionamento até 1947, quando retomou suas atividades. Assim, com as limitações impostas aos imigrantes, que incluíam as de mobilidade, os artistas do grupo passaram a produzir pinturas em ambientes internos, como retratos, auto-retratos e naturezas-mortas. Nesse contexto, se insere o requerimento de transferência de residência reproduzido nesta prancha, datado de 1943. Para conseguir a autorização e poder mudar de residência com sua família, encaminhou este documento manuscrito, selado e com firma reconhecida ao DEOPS/SP. O requerimento foi deferido e remetido à Delegacia Especializada de Estrangeiros.

Para a análise e reflexão crítica do documento histórico reproduzido, propomos que ele seja entendido como uma construção técnica (registro em determinado suporte e formato) e social (fruto do contexto e das relações de sua época), que possui um discurso específico sobre um determinado aspecto da realidade (carregado de escolhas e intenções). Assim, apresentamos algumas sugestões para esta *Leitura de Documento Histórico* que buscam a percepção de sua forma e seu conteúdo, a partir da observação da imagem reproduzida e de informações complementares, sempre visando alcançar a sua compreensão e interpretação.

Professor, contamos com sua mediação para completar e modificar o roteiro proposto, a partir das especificidades de suas turmas e de seus objetivos. Lembramos que durante a *Leitura* é importante que as colocações, respostas e perguntas dos alunos sejam sempre levadas em consideração. Por se tratar de um documento histórico manuscrito, é fundamental que os alunos iniciem o processo de *Leitura* com a transcrição do requerimento, que apresentamos a seguir. Sugerimos que o fluxo e a pontuação do texto, bem como a grafia e a acentuação original das palavras sejam mantidos, tendo em vista enriquecer a investigação com estes detalhes que caracterizam a época.

Ilmo e Exmo Sr Dr Delegado de Ordem Política e Social

Masato Aki, infra assinado, natural de Kochi no Japão, nascido a 15 de agosto de 1918 filho de Masaki Aki e Yayo Aki; casado com Toshie Shibata, de nacionalidade japonesa, nascida a 14 de outubro de 1922, filha de Mitsuhie Shibata e de D. Takizo Shibata, vem muito respeitosamente requerer a V. S. a confirmação da transferência de sua residência da Travessa S. Paulo nº 23 para a Rua do Gazometro nº 588 – Braz; o casal tem um filho de 1 mês de idade.

Termos em que

P. Deferimento.
São Paulo, 18 de junho de 1943.
Masato Aki

A compreensão do texto permite aos alunos conhecer qual o tipo e do que trata o documento em questão, mas lembramos ao professor que o processo de *Leitura* pode ser mais rico se outras informações e explicações forem dadas durante esse processo. Após este primeiro contato, encaminhe o diálogo com os alunos por meio de perguntas relacionadas à descrição das características físicas e da forma de apresentação do documento histórico original, tais como suporte (papel), tamanho original, produção (manuscrito), etc. Estes elementos podem ser anotados na lousa para a retomada posterior.

A seguir, conduza os alunos à análise de conteúdo do documento histórico, por meio da identificação de elementos tais como o tipo documental (requerimento de transferência de residência), a proveniência (pessoa responsável pela produção), o destinatário (DEOPS/SP), a origem (por que foi produzido), a função (para que foi produzido), a data (localização no tempo), etc. A seguir, sugerimos algumas perguntas para iniciar o processo de exploração:

Que tipo de documento histórico parece ser esse?
Quem produziu esse requerimento? A quem se destina?
Por que você acha que foi produzido? Qual poderia ser sua finalidade?
Por que você acha que foi escrito à mão?
Quais termos aparecem sublinhados?
É possível perceber diferenças entre os termos grifados em vermelho e os em azul? Quais?
Qual a nacionalidade de Masato Aki e sua esposa?
O que podemos conhecer sobre a vida de Masato Aki a partir das informações presentes no requerimento?
O que mais chamou a atenção de vocês no requerimento?

Para adensar a reflexão rumo à interpretação do documento histórico em questão, solicite aos alunos pesquisas sobre o contexto histórico da época (Era Vargas), a repressão aos estrangeiros durante a Segunda Guerra Mundial (principalmente aos japoneses) e a imigração japonesa no Brasil (origem, alcance, atuação, etc.). Proponha que apresentem as pesquisas em forma de seminário e aproveite para registrar na lousa os pontos principais levantados pela pesquisa dos alunos. Lembre-se que a proposta de pesquisar deve ter um caráter investigativo, pois estimular o ato da pesquisa é fundamental para formar um aluno curioso e autônomo no desenvolvimento de um pensamento crítico.

A partir da compreensão adquirida através da análise formal e de conteúdo e dos dados contextuais levantados pelas pesquisas, é possível encaminhar a *Leitura* para a interpretação do documento histórico em questão e levantar perguntas do tipo:

Com base nas pesquisas realizadas, por que os japoneses tinham que pedir autorização ao DEOPS/SP para mudar de residência?

Com o objetivo de promover a aproximação da realidade atual dos alunos, é possível comparar os sistemas de controle que analisamos a fenômenos de controle mais contemporâneos, tais como o passaporte (que controla a entrada e a saída de brasileiros do país) ou os sistemas de documentação adotados pelas bibliotecas ou videolocadoras (que por meio de documentação acompanham os deslocamentos dos livros ou vídeos e DVDs). Outra aproximação possível é discutir a mecânica das comunidades virtuais, como o Orkut por exemplo. Esses sistemas propiciam uma forma de controle ao localizar pessoas e mapear seus amigos.

É importante ressaltar que, apesar dos sistemas de controle a que foi submetida durante a Era Vargas (1930-1945), a imigração japonesa se manteve presente e atuante, comemorando no ano de 2008 cem anos de imigração para o Brasil.

Professor, se achar que é pertinente, a partir das investigações realizadas e da evolução da discussão, é possível introduzir questões de ordem mais geral e filosófica:

Quais as situações ou acontecimentos (momentos de lazer, viagens, encontros, etc.) vocês precisam pedir autorização para frequentar ou participar?
A quem vocês pedem essa autorização? Como pedem?
Quais tipos de controle vocês exercem? Em quais situações? Sobre quem?
O que é liberdade?

Dica! Proponha uma parceria com o professor de Filosofia para aprofundar o debate sobre o conceito de liberdade e suas diferentes possibilidades de compreensão (individual, moral, social, etc.).

ATIVIDADE EDUCATIVA

Comunidades e controles

A partir da análise do documento é possível perceber que várias são as formas de controle exercidas por diferentes meios de poder, e esses podem variar de época a época. No sentido de propiciar uma experiência mais próxima dos alunos sobre esses sistemas, propomos um jogo de comunidades imaginárias.

Divida a sala em duas metades, tendo como parâmetro a lista de presença, no sentido de desarticular as “panelinhas”. Cada metade será responsável por criar uma comunidade, com regras e características próprias. Sugira que cada grupo nomeie sua comunidade e que elabore um documento com suas características e regras, incluindo quais os perfis dos participantes, ou seja, de quem pode participar.

Quanto mais detalhado for esse documento inicial, mais interessante pode ficar a atividade. Lembre-se que as regras de participação devem partir dos componentes da comunidade, ou seja, devem dar direito à sua própria participação. Desta forma, não poderão ser válidas regras totalmente excludentes, tais como “não pode participar quem tiver cabelo”, por exemplo. E fica proibida a regra “não podem participar os integrantes da outra comunidade”. Peça a cada comunidade que elabore um “aperto de mão” diferenciado, um cumprimento que distinga o participante do grupo e o caracterize.

Após essas etapas, peça às comunidades que se apresentem uma para a outra, demonstrando as vantagens em participar dela. A partir disso, cada membro da sala poderá ou não escrever um documento em que afirme possuir o perfil compatível e querer ser aceito na outra comunidade.

O documento deve seguir a forma de um requerimento e apresentar as justificativas pelas quais o pretendente afirma possuir qualificações para adentrar a comunidade pretendida. Caberá à comunidade receptora do documento deferir ou indeferir a requisição, mediante critérios explícitos, ou seja, possíveis de serem justificados segundo as características que *a priori* propuseram como condição de participação. Dessa forma serão inibidas as avaliações baseadas em simpatias ou antipatias. Cada vez que um novo membro for aceito, caberá à comunidade receptora recebê-lo, ensinando-lhe o aperto de mão que a caracteriza.

Lembre-se de envolver os alunos para que seja uma experiência interessante e integrada. É importante conduzir essa atividade de maneira a minimizar os potenciais de exclusão, e sempre que alguma forma de exclusão aparecer, discutir os porquês de sua aparição. Em atividades como essa, lembramos que é fundamental respeitar a vontade de participação dos alunos. Lembre os alunos que essa atividade não trata de uma aceitação ou não como indivíduos, mas como forma de experimentar maneiras de controle de ingresso em uma comunidade imaginária.

* Este texto procurou se adequar ao Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em vigor.

¹ CORRÊA, Lucelinda Schramm. *As políticas públicas de imigração europeia não-portuguesa para o Brasil – de Pombal à República*. In: Revista *geo-paisagem* (on line). Ano 4, nº 8, 2005. Julho/Dezembro de 2005.

² NASCIMENTO, Ana Paula. *Nipo-brasileiros no Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo*. In: *Nipo-brasileiros no Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo*. Catálogo de Exposição. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2008. Pg 17.